



513

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO CRIME Nº 320617-7

ORIGEM: 10ª Vara Criminal da Capital-PE

APELANTE: ARTURO DE PÁDUA WALFRIDO JORDAN

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). Judith Borba

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. ART.302, CAPUT, DA LEI Nº9.503/97. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL. RECONHECIMENTO. ENTRE O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA (31/03/2004) E A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA (31/07/2013) PASSARAM-SE MAIS DE 4 (QUATRO) ANOS E, PORTANTO, A PRETENSÃO ESTATAL FOI ATINGIDA PELA PRESCRIÇÃO, O QUE ACARRETA A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO ACUSADO. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de APELAÇÃO CRIMINAL nº320617-7, em que figuram como partes as acima qualificadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de / /2014, à unanimidade de votos, em **acolher a preliminar** de prescrição da pretensão punitiva estatal e, VIA DE CONSEQUENCIA, extinguir a punibilidade do acusado ARTURO DE PÁDUA WALFRIDO JORDAN, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 02 de 10 7 de 2014.

Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Relator



508
mte

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO CRIME Nº 320617-7

ORIGEM: 10ª Vara Criminal da Capital-PE

APELANTE: ARTURO DE PÁDUA WALFRIDO JORDAN

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). Judith Borba

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação em face da sentença proferida pelo Juízo da 10ª Vara Criminal da Capital-PE, fls.456/462, que condenou o apelante, ARTURO DE PÁDUA WALFRIDO JORDAN, como incurso nas sanções do art.302, *caput*, da Lei nº9.503/97 à pena de 02 (dois) anos de detenção, c/c e suspensão para dirigir veículo automotor, pelo prazo mínimo de 02 (dois) meses. Fixou o regime aberto para início de cumprimento de pena. A pena privativa de liberdade foi substituída por duas restritivas de direito, consistente na prestação de serviços à comunidade e limitação de fim de semana.

Inconformado, o apelante apresentou razões de apelação, fls.489/495, suscitando, preliminarmente: 1) a prescrição da pretensão punitiva estatal. 2) a nulidade do feito, sob o argumento de cerceamento de defesa, tendo em vista que o magistrado de origem indeferiu pedido respeitante a diligência junto à CTTU para indagar a respeito do boletim de ocorrência onde constaria a presença de quatro capacetes no local do fato delituoso. No mérito, pugna pela absolvição do réu, por ausência de provas de que tenha ele concorrido para a infração penal em apreço.

Contrarrazões do Ministério Público sustentando a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva (fls.498).

No mesmo sentido, o parecer da Procuradoria de Justiça opinando pelo acolhimento da preliminar de prescrição, pela rejeição da preliminar de nulidade e, no mérito, pelo improvimento do apelo.

É o relatório. Inclua-se na pauta.

Recife, 09 de 04 de 2014.

Antonio Carlos Alves da Silva
Des. Relator



514

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO CRIME Nº 320617-7

ORIGEM: 10ª Vara Criminal da Capital-PE

APELANTE: ARTURO DE PÁDUA WALFRIDO JORDAN

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dr(a). Judith Borba

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Senhor Presidente, Senhor Desembargador, Senhor(a) Procurador(a) de Justiça.

VOTO DA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

Primeiramente, cumpre analisar a preliminar de prescrição da pretensão punitiva Estatal, quanto ao crime imputado ao apelante, ARTURO DE PÁDUA WALFRIDO JORDAN, art.302, *caput*, da Lei 9.503/97.

Compulsando os autos, observa-se que a denúncia foi recebida em 31 de março de 2004. (fl.77) Após a instrução criminal o réu foi condenado, nos termos do art.302, *caput*, da lei 9.503/97, à pena de **2 (dois) anos de detenção**, cuja sentença foi publicada em 31/07/2013. (fls.457/462)

Sabe-se que a prescrição depois de transitar em julgado a sentença regula-se pela pena aplicada. Assim sendo, a teor do art.109, inc.V do Código Penal, o crime prescreve em quatro anos se a pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede à dois.

No caso em tela, entre o recebimento da denúncia (31/03/2004) e a publicação da sentença (31/07/2013) passaram-se mais de 4 (quatro) anos e, portanto, a pretensão estatal foi atingida pela prescrição, o que acarreta a extinção da punibilidade do acusado.

Assim sendo, voto no sentido de **acolher a preliminar** suscitada, para reconhecer a prescrição da pretensão punitiva do Estado e, via de consequência, declarar a **extinção da punibilidade de ARTURO DE PÁDUA WALFRIDO JORDAN**.

É como voto.

Recife 02 de 07 de 2014.

Antônio Carlos Alves da Silva
Des. Relator